DocuSign Envelope ID: 154EC1BA-02EB-4BAE-BD0C-E55B75C07239

ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 84.696.814/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Atendendo às disposições da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2023 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 30 de janeiro de 2024

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.670	32.375
Aplicações financeiras	6	16.000	–
Duplicatas a receber		3	3
Estoques	7	1.328	1.397
Impostos e contribuições a recuperar		126	122
		28.127	33.897
Outros investimentos	8	300	300
		300	300
Total do Ativo		28.427	34.197

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		30	230
Dividendos		1.820	512
Imposto de renda e contribuição social a recolher		128	668
Partes relacionadas	10	12	11
		1.990	1.421
Patrimônio Líquido	11		
Capital social		17.451	17.451
Reserva de capital		80	80
Reserva de lucros		8.906	15.245
Total do Patrimônio Líquido		26.437	32.776
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		28.427	34.197

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		17.451	80	3.131	3.490	6.621	–	24.152
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	15.672	15.672
Dividendos pagos (equivalentes a R$1,06 por ação)		–	–	(3.131)	–	(3.131)	(3.414)	(6.545)
Transferência entre reservas		–	–	11.755	–	11.755	(11.755)	–
Complemento dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(503)	(503)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	8.624	–	8.624	(15.672)	(7.048)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		17.451	80	11.755	3.490	15.245	–	32.776
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	7.221	7.221
Dividendos pagos (equivalentes a R$ 1,90 por ação)		–	–	(11.755)	–	(11.755)	–	(11.755)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	(1.805)	(1.805)
Transferência entre reservas		–	–	5.416	–	5.416	(5.416)	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		–	–	(6.339)	–	(6.339)	(7.221)	(13.560)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		17.451	80	5.416	3.490	8.906	–	26.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	13	6.082	16.542
Custo dos produtos e serviços vendidos		(69)	(753)
Lucro Bruto		6.013	15.789
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	14	(169)	(819)
Honorário da Administração	14	(122)	(112)
		(291)	(931)
Lucro Operacional		5.722	14.858
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	15	3.285	2.764
Despesas financeiras	15	(7)	–
		3.278	2.764
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		9.000	17.622
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.779)	(1.950)
Lucro Líquido do Exercício		7.221	15.672
Lucro Básico por Ação em Reais - R$	11	1,17	2,53

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.221	15.672
Lucro líquido abrangente do exercício	7.221	15.672

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.000	17.622
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Duplicatas a receber	–	(1)
Estoques	69	753
Impostos e contribuições a recuperar	(4)	(49)
Impostos e contas a pagar	(200)	202
Caixa gerado nas operações	8.865	18.527
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	(2.318)	(1.502)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.547	17.025
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações financeiras	(16.000)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16.000)	–
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos pagos	(12.252)	(6.545)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.252)	(6.545)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquidos	(21.705)	10.480
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Início do Exercício	32.375	21.895
Caixa e Equivalentes de Caixa - No Fim do Exercício	10.670	32.375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.1. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por títulos de CDB, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização e que são realizáveis em até 180 dias da data original do título. **2.3. Ativos financeiros - recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber " (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de aluguéis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e de aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14. Adoção das CPCs novas e revisadas: 2.14.1. CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. a) CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021). A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). **2.14.2. CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. a) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. **4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI. **5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	2023	2022
Caixa	145	95
CDB - Certificado de depósito bancário (i)	10.525	32.280
Total do caixa e equivalentes de caixa	10.670	32.375
Aplicação financeira lastreada por CDI (ii)	16.000	–
Total de aplicações financeiras	16.000	–

(i) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento em até 90 dias. (ii) Refere-se a aplicações financeiras em Certificado de depósito bancário - CDB com rentabilidade substancialmente fixada pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário com vencimento em 180 dias.

7. ESTOQUE:

	2023	2022
Terrenos	1.077	1.146
Edificações	251	251
Saldo em 1º de janeiro	1.397	2.150
Baixa	(69)	(753)
Saldo em 31 de dezembro	1.328	1.397

8. OUTROS INVESTIMENTOS: A Companhia possui participação societária de 0,30% na empresa Santinvest S.A Participações em 31/12/2023. Tal participação está avaliada ao valor justo de mercado, em conformidade com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros". A Companhia possui 100 ações da empresa SANTINVEST S.A. Participações, tendo como valor justo em 31 de dezembro de 2023 - R$300. **9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A conciliação entre as despesas de imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário é como segue:

	2023	2022
Receita bruta - comissão	6.306	6.665
Percentual de presunção do lucro - comissão	32%	32%
Lucro presumido - comissão (IR /CS)	2.018	2.133
Receita bruta venda terreno	–	10.500
Percentual de presunção do lucro - venda terreno (IR)	8%	8%
Lucro presumido - venda terreno (IR)	–	840
Receita bruta venda terreno	–	10.500
Percentual de presunção do lucro - venda terreno (CS)	12%	12%
Lucro presumido - venda terreno (CS)	–	1.260
Receitas financeiras	3.286	2.721
Base do imposto de renda sobre o lucro pelo regime caixa	5.304	5.694
Base contribuição social sobre o lucro pelo regime caixa	5.304	6.114
Imposto de renda a alíquota de 15%	(796)	(855)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(506)	(545)
Contribuição social a alíquota de 9%	(477)	(550)
Total do IRPJ e CSLL	(1.779)	(1.950)

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Contas a pagar (serviço administrativo) 2023	2022
Controladora direta:		
Romi S.A.	12	11
Total	12	11

As transações com partes relacionadas registradas no resultado do exercício decorrem de serviços administrativos no montante de R$46 (R$43 em 2022). A remuneração da Administração da Companhia foi de R$122 (2022 - R$112). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia é garantidora nas transações de Financiamentos e de Financiamentos de FINAME-Fabricante respectivamente no montante de R$11.089, (R$11.314 em 2022) e R$367.220, (R$364.861 em 2022) da sua controladora Romi S.A.. **11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.221	15.672
(–) Constituição de reserva legal	–	–
Lucro passível de distribuição	7.221	15.672
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.805)	(503)
Dividendos propostos e distribuídos	–	(3.414)
Constituição de reserva de lucros	5.416	11.755
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, referente ao exercício de 2022, o total de R$11.755, pago em 15 de fevereiro de 2023. Durante o exercício social de 2023 o montante pago pela Companhia referente a Dividendos foi de R$12.252. Reserva legal: De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. Reserva de lucros: Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2024, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.221	15.672
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico por ação - em R$	1,17	2,53

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação. **12. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR:** A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar com uma entidade de previdência privada, devidamente autorizada, desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus Administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e classificado como contribuição definida. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições. O custeio deste plano é suportado pela Companhia de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis os Administradores. O montante de contribuições despendidas pela Companhia foi de R$2 em 2023 (R$3 em 2022). **13. RECEITA:** A receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 possuem a seguinte composição:

	2023	2022
Comissão fiança bancária (i)	6.306	6.665
Terrenos	–	10.500
Outros	10	4
Impostos e contribuições	(234)	(627)
Receita operacional líquida	6.082	16.542

(i) A receita auferida de Comissão fiança bancária refere-se à intermediação de contratos financeiros firmados entre instituições financeiras e a sua controladora Romi S.A., a qual a Companhia é a garantidora, conforme descrito na nota explicativa 10.

14. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	2023	2022
Gerais e administrativas	(169)	(819)
Remuneração da Administração	(122)	(112)
Total	(291)	(931)

15. RESULTADO FINANCEIRO:	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	3.285	2.764
Despesas Financeiras	(7)	–
Total	3.278	2.764

16. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2024, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2023, no valor de R$ 5.416, a ser pago em 8 de fevereiro de 2024, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 12 de março de 2024. **17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 30 de janeiro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente
Paulo Romi - Vice-Presidente
Eugênio Guimarães Chiti - Membro

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin
CRC SP 202148/O-8
CPF 278.895.688-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as

continua →★

DocuSigned by:
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 31/01/2024 | 22:28:05 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 154EC1BA-02EB-4BAE-BD0C-E55B75C07239

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.• Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de janeiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador - CRC nº 1 SP 253932/O-4

Deloitte.

DocuSigned by:
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 31/01/2024 | 22:28:11 BRT
ICP Brasil
E1FD1C243A074BCC8CF482D829CD5368

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/